



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

NOTAS SOBRE CONSTRUTORES URBANOS NA BELLE ÉPOQUE

Luciana Alem Gennari (IPPUR / UFRJ) - lugennari@yahoo.de

Arquiteta, Pesquisadora GESTHU / IPPUR / UFRJ, Doutoranda IPPUR / UFRJ

Notas sobre Construtores Urbanos na Belle Époque

Introdução

A prática da construção como atividade que não necessariamente carecia de educação formal colaborou de modo expressivo para a edificação de extensos trechos urbanos durante o período de expansão de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro¹ na virada do século XIX para o XX. Centenas de construtores participaram deste processo e o tempo relegou a maioria ao anonimato. Talvez não por acaso. A pertinência de sua atuação foi consolidada pela história no repertório do total da produção destes profissionais, cujas obras boa parte pertenciam ao crescente setor residencial destas cidades, ou na relevância particular do conjunto do trabalho de algumas figuras que se destacaram em seu ramo, como Antonio Januzzi no Rio de Janeiro ou Miguel Marzo em São Paulo.

As atribuições de cada uma das especialidades ligadas direta ou indiretamente ao setor da construção civil foram objeto de longas disputas durante mais de um século desde aproximadamente o terceiro quartel do século XIX no processo de institucionalização das profissões que atuavam neste nicho. E desta querela houve sequelas na conformação do tecido urbano, cujas características formais podem ainda nos dias de hoje ser reconhecidas em partes extensas de alguns bairros destas duas cidades.

Neste sentido, o presente artigo trata em que medida algumas questões ligadas ao ofício da construção entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX, mapeando algumas das discussões em torno das atribuições profissionais, teve rebatimento na consolidação de uma tessitura urbana característica deste momento. Este período corresponde à *belle époque*, cujo termo evoca um momento social e cultural ligado essencialmente a uma vivência urbana e a novas descobertas científicas, de euforia e entusiasmo da sociedade capitalista durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX ocorrido especialmente pelas conquistas materiais, tecnológicas e pela crença de que este progresso resolveria tecnicamente todos os problemas da sociedade.

Tempo também em que algumas cidades brasileiras espraiavam suas áreas urbanas, avançando sobre as antigas chácaras em seus arrabaldes, na busca por novos lugares para abrigar adequadamente, em termos técnicos e financeiros, sua crescente população. A este crescimento sucedeu o agravamento de um problema habitacional já existente, engrossado pelo contingente de ex-cativos e imigrantes, que chegaram em grandes levadas para as principais capitais na virada do século. Paralelamente, o risco eminente de epidemias, formalizado nos relatórios oficiais realizados no último quartel do século XIX, que deixou em alerta os dirigentes municipais quanto às condições sanitárias das casas, foram associadas ao alastramento de doenças.

Estes fatos trouxeram importantes consequências para a produção habitacional. Foi neste período que empresas comerciais, bancos e proprietários das antigas chácaras começaram a abrir várias ruas e lotear suas propriedades. Os compradores destes lotes construíam então moradias seguindo a legislação vigente, cuja base científica higienista seguia as tendências e os estudos internacionais, pautados especialmente nas discussões européias, e cujo fundamento político serviu aos interesses de sujeitos que muitas vezes estavam ligados ao mercado imobiliário e/ou envolvidos com empresas privadas voltadas para atividades urbanizadoras. Estiveram envolvidos neste debate profissionais pertencentes a diferentes áreas, como médicos, engenheiros, políticos, filantropos e arquitetos, entre outros.

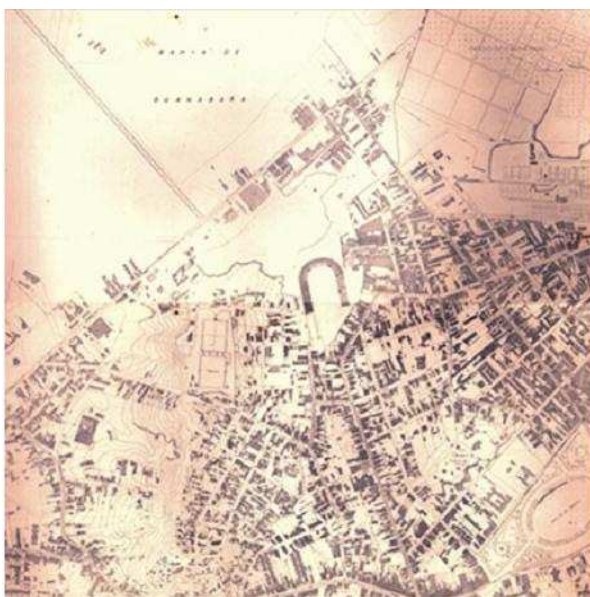
A aplicação de recursos em bens imóveis era bastante vantajosa e não se configurava como uma novidade para este período. Relevante é o fato de que o investimento no mercado imobiliário se tornou a partir de então viável para diferentes montantes de capital. Isto significava que um proprietário poderia aplicar seus recursos tanto na construção de uma ou duas casas, que fossem ou não para uso próprio, quanto em várias quadras. Este aspecto possibilitou o acesso a este negócio tanto de investidores como de profissionais com perfis e inserções sociais diferenciados e contribuiu, pouco a pouco, para a constituição de partes significativas de algumas cidades brasileiras.

O investimento no mercado imobiliário significava também o investimento na cidade. Em alguns casos isso se refletiu na abertura, alinhamento e pavimentação de ruas, canalização de água, entre outros. Quando um conjunto de casas era construído nos alinhamentos ou com suas frentes voltadas para a rua, formam as fachadas das quadras, definiram partes da cidade com uma determinada tipologia de construção, se inserindo na paisagem urbana de modo imediato.

Estavam envolvidos neste processo de construção da cidade arquitetos e engenheiros, organizados como pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços na área de projetos e de edificações, e construtores práticos licenciados, que atuavam, sobretudo, na execução concreta das obras, mas também elaborando e assinando plantas, em especial para aquisição de licenças para obras junto às prefeituras. A figura do prático construtor foi sendo questionada com mais energia na medida em que se delineavam com mais clareza as atribuições de engenheiros e arquitetos e que essas profissões se institucionalizavam. De qualquer maneira, seu papel na construção das cidades na virada para o século XX foi bastante significativo.

O trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, parte de uma pesquisa ainda em andamento² sobre o tema da construção de moradias urbanas na virada para o século XX no Rio de Janeiro. O objetivo aqui é trazer alguns apontamentos acerca do tema, visando, sobretudo, alguns dos resultados urbanos concretos, quais sejam, os edifícios em seu

contexto imediato e a configuração das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.



FIGURAS 3-6. Acima, à esquerda, *PLANTA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO*. Secretaria de Viação, Trabalho e Obras Públicas; 5ª Subdiretoria de Engenharia; Laboratório Fotocartográfico. Rio de Janeiro, 1935, esc. 1:5000, fls. 47 e 48. Acervo Instituto Pereira Passos / RJ; à direita [*LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÊMICO*], Aerofoto Cruzeiro. Rio de Janeiro, 2004, esc. 1:15000. Acervo Instituto Pereira Passos / RJ. Abaixo, à esquerda, Trecho extraído do *Mappa Topographico do Municipio de São Paulo*, executado pela empresa Sara Brasil, 1930, fls. 51 e 52. Acervo Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP; à direita, Trecho extraído do Levantamento Aerofotogramétrico, executado pela empresa Base, 2002.

Acima, um trecho do bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, e abaixo uma parte dos bairros do Brás e da Mooca, em São Paulo. Estes dois segmentos de cidade foram constituídos a partir de investimentos em casas para venda ou aluguel, estudados, respectivamente, em Gennari (2005; 2008). Nota-se a permanência ao longo do século XX das principais características da estrutura urbana nestes dois segmentos, como as vias de circulação, o Parque D. Pedro II e a linha do trem, no caso de São Paulo, e a antiga Praça Marechal Deodoro, onde hoje se encontra o Centro Luis Gonzaga de Tradições Nordestinas, e o estádio de São Januário no Rio de Janeiro.

Ambos os bairros foram consolidados com esta forma até a década de 1930, a partir do loteamento de antigas chácaras. Nos dois casos, a estrutura dos lotes e o tipo de uso e ocupação do solo também se preservaram, assim como muitos conjuntos de casas construídos até este período.



O Ofício e a Prática da Construção

Construir edifícios na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII implicava necessariamente contar com os serviços de um pedreiro e de um carpinteiro e, dependendo do tipo ou do tamanho do prédio, podia-se ainda contar com canteiros, marceneiros e outros profissionais (CAVALCANTI, 2004). Em São Paulo, as casas de taipa e as construções de pau-a-pique, que a caracterizariam até o século seguinte, eram assumidas pelo homem livre com profissão diferenciada, o *oficial*, que se utilizava do trabalho escravo para a execução de um trabalho de cunho artesanal (PEREIRA, 1988).

Os *artífices* e *mestres de obra*, profissionais da construção foram responsáveis no correr dos séculos pela edificação de parte significativa dos edifícios urbanos que compunham os espaços das cidades. De maneira geral, a arquitetura oficial contava com os serviços técnicos dos engenheiros militares e a arquitetura privada com poucos profissionais formados fora do Brasil.

No Rio de Janeiro, assim como em Salvador, as artes mecânicas se organizaram desde cedo em torno de corporações, associações ou irmandades. Ao contrário de São Paulo, onde estudos sobre os ofícios em mostram que não houve naquela região organização dos artesãos. “Isso não significa que inexistissem oficiais mecânicos exercendo atividades correlatas ali, mas não havia organização e representação de mestres na Câmara ou distribuição de ofícios em bandeiras” (MARTINS, 2008: 31).

Uma diferenciação relevante no campo da construção opera entre as chamadas Belas-Artes e as Artes Mecânicas.³ Esta separação distinguia no trabalho das artes a parte intelectual da operativa se consolidando então a dicotomia entre belas-artes e ofícios mecânicos, sendo a primeira desligada das Corporações de Ofício, onde se dava a aprendizagem dos artífices até o primeiro quartel do século XIX (BIELINSKI, 2003).

A distinção entre os trabalhos manual e intelectual no campo da construção, ainda que ambos pudessem vir de educação formal, abriu de certa maneira o campo para a participação expressiva da mão de obra escrava nas artes mecânicas. Por outro lado, isso também colaborou para o estigma do trabalho *manual* como algo não condizente às camadas mais abastadas, sendo relegado desde cedo à que mais tarde se constituiria como “classe operária,” se diferenciando do grupo dos profissionais liberais.

Esta diferenciação social pode ser um caminho para se entender o esforço imprimido desde meados do século XIX até meados do XX dentro do campo da construção civil por parte dos diferentes grupos compostos por profissionais de formações diferentes (engenheiros, arquitetos e construtores) para seu reconhecimento e o estabelecimento de fronteiras claras acerca de suas atribuições e de seu campo de atuação (BOURDIEU, 1996; 2007).

O aprendizado de um ofício dentro das corporações⁴ seguia determinados padrões, segundo o qual o aprendiz na prática sistemática do ofício receberia o reconhecimento de seus pares e das autoridades para o exercício profissional.

Nas regiões onde houve atuação organizada dos mestres, essas entidades tiveram também uma importante tarefa relacionada ao ensino, aprendizado e disciplina dos trabalhadores. Um aprendiz precisava de pelo menos quatro anos de prática do ofício, sendo obrigado posteriormente a passar pelo exame na Mesa da Bandeira e só então poderia exercer a atividade, adquirindo junto ao escrivão do ofício uma *Carta de Exame* que o habilitava a exercê-lo. [...] Os ofícios eram exercidos por artesãos e eram denominados *ofícios mecânicos*, com exceção dos pintores, escultores, engenheiros e “arquitetos”. [...] O exercício profissional dos mestres era rigorosamente controlado pela Câmara Municipal, sendo estabelecido através dos exames que autorizavam ou não o desempenho da função por parte do artesão (MARTINS, 2008: 33).

A Constituição de 1824 aboliu as corporações, mas não acabou com as relações pedagógicas estabelecidas dentro delas (MARTINS, 2008). O controle profissional antes exercido pelas irmandades ou pelas próprias corporações foi sendo transferido, parte para o Estado, no sentido da legitimação do exercício profissional, e parte para os pares, na continuação de certa maneira do sistema mestre-aprendiz assumido agora por oficinas ou por profissionais reconhecidos e atestados.

No Rio de Janeiro, um decreto de 1816 determinava a criação da *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios*, com o duplo sentido de se ensinar as *Artes Liberais* (o que ocorreu efetivamente em 1826 com a criação da *Academia Imperial de Belas Artes*) e outra para as *Artes Mecânicas*, (que se efetivou com a fundação do *Liceu de Artes e Ofícios* em 1858). O objetivo da fundação do Liceu era qualificar a mão-de-obra dos mestres artífices para o desenho, ensinando-os inclusive a ler e interpretar projetos, que até então mal eram compreendidos por quem executava as obras (BIELINSKI, 2003).

O Liceu de São Paulo foi fundado um pouco mais tarde, em 1873, com o nome de Sociedade Propagadora da Instrução Popular, dentro do contexto de fomento maciço à imigração para formação do quadro de mão-de-obra. Com a introdução ao currículo em 1882 de cursos profissionalizantes passa a se chamar Liceu de Artes e Ofícios, formando artesãos e trabalhadores para oficinas, comércio e lavoura (LICEU, 2003).

Os professores que ensinavam desenho no Liceu não estabeleciam diretrizes estéticas, assumiram uma postura eclética dando ao aluno liberdade de expressão (AMARAL, 2008). O legado dos liceus para a construção das cidades pode ser observado nas fachadas⁵ de alguns edifícios construídos a partir da segunda metade do século XIX. É possível com isso afirmar que alguns construtores formados pelo Liceu tenham participado da edificação de diversas residências durante o processo de expansão das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, ainda que sobre este aspecto se faz necessária uma pesquisa mais aprofundada.

Um sujeito recorrente neste panorama da construção habitacional na virada para o século XX é o imigrante que chega à cidade, se instala em um bairro e começa a produzir casas para venda ou aluguel e, via de regra, permanece a vida toda morando no mesmo local, ou

no mesmo bairro. Outro sujeito recorrente é o construtor que cresce dentro de sua área de atuação e monta uma empresa mais ou menos bem sucedida.⁶

Em São Paulo, a grande influência na construção civil consagrada pela literatura é a dos imigrantes italianos, cuja atividade foi significativa até meados do século XX. Eles atuavam em todos os campos desta área, em especial como arquitetos e como construtores, sendo em parte representantes de um desejo de modernização desta cidade que passava, entre outros aspectos, por dois pontos importantes: um era a imitação do modelo europeu; outro era a desvalorização do trabalhador nacional (seja ele branco, negro ou mulato), e isto contava a favor desta mão-de-obra imigrante. E ainda no sentido de se fortalecer no mercado de trabalho, este italiano de São Paulo acabava construindo uma identidade social, reforçando (muitas vezes forjando) uma identidade nacional para poder tirar proveito de sua condição (PEREIRA, 1991).

Os construtores, com ou sem educação formal, assumiram parte significativa da construção de novas edificações e da reforma de antigas nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Eles assinaram centenas de projetos habitacionais, comerciais e mistos, além de pedidos para construção de muros, telheiros, acréscimos diversos, cocheiras, garagens, modificação de plantas, entre outros.



Detalhes para as fachadas ornamentadas. Acima, casas no bairro do Brás e da Mooca. São Paulo, 2004. Abaixo, casas no bairro de São Cristóvão. Rio de Janeiro, 2006.



A Construção da Cidade

Desde fins do século XIX a administração municipal exigia a aprovação de plantas para a construção ou reforma de um edifício, mas não determinava a responsabilidade pela obra, que era, indiferentemente, do proprietário ou do empreiteiro (FISCHER, 1989). Os atores partícipes deste processo foram inúmeros, especialmente entre proprietários e construtores. Dentre estes últimos estão os arquitetos e engenheiros, profissionais que tiveram uma educação formal para a obtenção de seus títulos, e os práticos licenciados, que tiveram suas licenças obtidas pela experiência que eles possuíam em sua área de atuação.

Até a promulgação da Lei Municipal n. 2.332, de 9.11.1920, quando, segundo Fischer (1989), houve uma primeira tentativa de regularização do exercício profissional do engenheiro e do arquiteto, as construções realizadas por particulares na cidade de São Paulo ficavam sob a responsabilidade do proprietário do imóvel ou do empreiteiro, estabelecida ainda pela Lei Municipal n. 38, de 24.5.1893, onde, conforme o art. 3º,

[...] por ocasião do alinhamento, o engenheiro respectivo deverá examinar o terreno em que se pretende levantar a construção e *indicará ao proprietário ou ao empreiteiro* quais os trabalhos preliminares a executar e qual o sistema de fundações a adotar, a fim de garantir a construção [grifo meu] (FISCHER, 1989: 95).

De acordo com a Lei Estadual n. 2.022, de 27.12.1924, a primeira norma efetivamente implementada no Brasil para o controle do exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor (FISCHER, 1989) o profissional deveria ter, para o exercício da profissão, um registro junto à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Este era obtido pela apresentação de um *título acadêmico* ou pelo recebimento de um *título de licença*, se comprovados cinco anos de experiência no exercício da profissão.

Pelo menos nas primeiras décadas do século XX engenheiros e arquitetos diplomados dividiam o mercado da construção com os construtores *práticos licenciados*. Os práticos eram profissionais reconhecidos pela municipalidade como competentes para determinados tipos de serviços, como construtor, eletricitista ou encarregado, com experiência comprovada em sua ocupação, sem ter necessariamente para ela uma educação formal. O profissional deveria requerer seu registro junto às prefeituras, na Secretaria de Obras Públicas ou órgão equivalente. Este registro era obtido pela apresentação de um *título acadêmico* ou pelo recebimento de um *título de licença* que era dado por uma firma da respectiva área de atuação do profissional requerente, se comprovados cinco anos de experiência no exercício da profissão, pagando por isso uma taxa anual.

Os livros de *Registro de Construtores*⁷ que ainda se encontram guardados nos arquivos municipais apresentam de maneira geral uma listagem corrida de nomes próprios ou de firmas em ordem alfabética indicando o pagamento ou não da taxa correspondente a determinado ano. Salvo raras exceções, indicam também, quando há, a formação acadêmica do requerente. No caso do registro da cidade de São Paulo, há a especificação

quanto à habilitação do sujeito (encarregado, electricista etc.). Já no caso da cidade do Rio não consta nenhuma especificação desta qualidade na listagem, mas, por outro lado, constam os endereços.

Os construtores licenciados, tanto quanto arquitetos, engenheiros ou os proprietários, podiam assumir a responsabilidade por uma obra e entrar junto à prefeitura com um pedido de licença para construção particular. Nos pedidos arquivados nos arquivos municipais nem sempre fica claro quem são esses responsáveis pela obra. Em alguns deles, quando o interessado por uma obra não é o proprietário do imóvel, aparece indicada sua especialidade. São engenheiros, arquitetos, encarregados, construtores, empreiteiros, estando por vezes indicado também o desenhista na planta. Algumas vezes, o autor assina seus projetos como arquiteto-construtor, assumindo esses dois papéis.⁸

Segundo Lobo (1992: 2), “[...] em 1930 já se consumava o declínio dos anarquistas e anarco-sindicalistas, abrindo espaço para a ascensão de outras forças – comunistas, trabalhistas –, modificava-se o Estado e iniciava-se uma nova política operária industrializante e de modernização no contexto da grande depressão econômica mundial”.

O número de empresas de construção civil cresce a partir com o regime republicano. Segundo Lobo (1992), no Brasil, em 1891 havia 29 companhias no setor de atividade da construção civil. De acordo com o *Registro de Construtores* para os anos de 1896-1897, somente na cidade do Rio de Janeiro, havia 43 empresas, entre quase 260 registros.

Ainda de acordo com Lobo (1992: 20-1), no Rio de Janeiro em 1919 havia 892 operários na indústria de “Edificação.” Na década de 1920, segundo a autora, o Estado passou a aceitar os sindicatos como órgãos de negociação entre capital e trabalho e após a Revolução de 30 o próprio Estado foi gerador da estrutura sindical, que antes tinha um caráter independente. Entrou em discussão novos elementos saudáveis para a urbe, como a presença do sol e do ar, que ultrapassaram então os limites públicos para os da privacidade da habitação. Novas posturas municipais baseadas sobretudo no campo do sanitarismo orientavam a ordenação urbana. A questão de higiene foi um dos motes para, já no final do período imperial, legalmente se intervir no modo de se fazer uma casa, que até então ficava por conta de cada construtor. Este tema foi introduzido nas agendas urbanas pelos engenheiros formados no exterior e influenciava diretamente na maneira de se projetar.

O engenheiro assume um dos papéis centrais em meio à implantação de novas técnicas e equipamentos urbanos. Ele é a figura que domina este ambiente em constante e cada vez mais rápida transformação; é o equilíbrio de um mundo instável (TICHI, 1987), detentor do conhecimento sobre as “maquinarias do conforto” modernas. Desta forma, ganha prestígio social e domina os quadros técnicos responsáveis por pensar a cidade.

Por outro lado, o campo profissional da Engenharia, em um âmbito mais amplo, também estava em discussão, principalmente o que tangia às questões das atribuições profissionais. O embate se deu na esfera institucional da profissão, entre engenheiros, arquitetos, práticos construtores (licenciados) e mestres de obra (sem uma formação legalmente reconhecida), e tinha como tema central a atuação destes dois últimos, que não possuíam formação superior, em nível de igualdade com os outros.

Não é incomum ao longo da prática profissional haver por parte dos construtores uma espécie de autopromoção, em que eles mesmos, que antes assinavam projetos como “mestre-de-obras”, acrescessem mais tarde ao próprio nome “construtor” ou mesmo “arquiteto” (SALMONI & DEBENEDETTI, 1981). Este é o mesmo argumento de Cenni (1958), fato que não foi constatado em pesquisa ao período posterior. O que é muito comum é a ausência desta especificação, que poderia fornecer mais dados sobre os responsáveis das obras pesquisadas. Em seu texto, são considerados “mestres italianos” tanto construtores quanto engenheiros e arquitetos, cujas atuações estão concentradas na virada para o século XX.

Até a década de 1940 a figura do arquiteto ainda era associada à do prático sem diploma e a maneira pela qual estes profissionais procuravam se diferenciar tanto do prático, quanto do engenheiro foi a valorização da atividade de projeto (JULIANI apud GITAHY & PEREIRA, 2002).

Esta querela seguiu século XX adentro e se amainou apenas quando engenheiros e arquitetos, já reunidos como classe profissional, conseguiram junto ao Estado que os mestres e construtores não possuíssem mais legalmente os mesmos direitos profissionais (A CASA, 1924-5; REVISTA, 1932; ARQUITETURA, 1938-9). A exigência de um título acadêmico para o exercício da profissão de engenheiro e arquiteto veio expressa no Decreto Federal n. 23.569, de 11.12.1933. De todo o modo, a categoria dos práticos não foi extinta de pronto, pois essa lei lhes garantia o direito adquirido no exercício da profissão, apesar de lhes criar também algumas restrições, como a impossibilidade de promoção para cargos técnicos (FICHER, 1989). Neste sentido, a presença dos práticos no cenário urbano ainda durou algumas décadas após a promulgação deste decreto.⁹

Considerações Finais

O conjunto da documentação sobre pedidos de obras particulares depositado nos arquivos municipais faz saltar a figura do construtor como um elemento bastante ativo no processo de reforma e de construção de novos edifícios nos bairros localizados nos eixos de expansão de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro que vinham sendo adensados, sobretudo, na virada para o século XX. Procurou-se tratar neste trabalho desta figura em torno de um grupo heterogêneo, uma vez que formado por profissionais com perfis e inserções sociais

diferenciados, que foi se constituindo e se delineando na medida em que o século e a cidade avançavam.

É interessante notar como a atuação dos construtores práticos licenciados nas cidades brasileiras estava num meio de caminho entre a institucionalização profissional de alguns segmentos, como os relativos à atuação dos engenheiros e dos arquitetos via organização de classe, e a tradicional prática das corporações, onde dentro de uma estrutura que remontava os tempos medievo-renascentistas portugueses, quando o aprendiz tinha que comprovar alguns anos na prática do ofício para o reconhecimento oficial do exercício de sua profissão.

No caso dos construtores, para adquirir uma licença, ou o direito de exercer a profissão, eles tinham que comprovar um período de experiência em alguma firma, que atestaria perante a Municipalidade a competência e a aptidão de determinado profissional no exercício da profissão. Por outro lado, sua licença era válida quando do pagamento de uma anuidade à administração pública, sem deixar de lado que as próprias irmandades e as corporações também cobravam taxas.

Este procedimento relativo ao profissional não diplomado, enquanto detentor ainda de um capital simbólico, foi perdendo o reconhecimento e, conseqüentemente o sentido, quando da valorização do diploma para se exercer determinadas atividades, reconhecido, inclusive, pelas leis que passaram a regular a atuação especializada dentro campo da construção civil. Paralelamente, ainda que o período conhecido como Belle Époque remeta a uma euforia relativa às novas técnicas, estendendo-se às novas tecnologias ligadas ao setor da construção civil, não houve por muito tempo mudança no modo artesanal de se produzir edifícios nas cidades brasileiras. A indústria da construção civil não conseguiu estabelecer um modo produtivo mecanizado, privilegiando a produção artesanal ligada a uma classe de trabalhadores não articulada em torno das novas formas de associação, como os sindicatos. A substituição paulatina da mão de obra especializada dentro dos canteiros por outra desqualificada criou um abismo no processo da construção, onde a concepção e a execução não estavam mais relacionadas. Este processo cindido corroborou para o prestígio de figuras como a do arquiteto ou a do engenheiro e o achatamento do papel do construtor sem qualificação, inclusive em termos de salário (GITAHY apud BENASSI, 2008). Esta institucionalização da profissão do arquiteto e do engenheiro vem também acompanhada de mudanças nos papéis dentro da produção habitacional quando, a partir do segundo quartel do século XX, o Estado começa a assumir algumas iniciativas para resolver o problema do déficit de moradias (BONDUKI, 1998).

Foi pelas mãos e inúmeras vezes pela inventividade destes sujeitos, ainda que esta inventividade significasse cópia de outros exemplares criados por profissionais do mesmo ramo de atividade, que a cidade foi sendo constituída física e socialmente. Grande parte dos

edifícios construídos no período estudado nas áreas de expansão urbanas corresponde, sobretudo, aos de uso habitacional ou misto, que, assim como a relevância do conjunto do trabalho de alguns dos construtores, tem sentido na totalidade que compõem os espaços urbanos contíguos muitas vezes mais do que nas qualidades formais individuais. A massa dessa construção foi edificada por esses profissionais que na virada para o século XX, período de crescimento físico e mudanças sociais nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, estavam também disputando seu espaço dentro do campo da construção civil. Em muitos sentidos, a cidade é fruto da conquista de seus espaços.

Bibliografia

- ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1997.
- AMARAL, Cláudio Silveira. A cidade como obra de arte: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, Rui Barbosa e John Ruskin. *Vivercidades*. Rio de Janeiro, n. 25, pp. 1-7, nov. 2008.
- BENASSI, Karina. *Do artífice ao peão: a constituição e a quebra do reconhecimento do trabalhador da construção civil*. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- BIELINSKI, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, dos pressupostos aos reflexos de sua criação: de 1856 a 1900*. Dissertação (Mestrado em História e Crítica da Arte) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo (1809-1950)*. São Paulo: FAU/USP, 2008.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo, Livraria Martins, [1958].
- ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTES VISUAIS. Beaux-Arts. São Paulo, 03.08.2007. Disponível em:
<http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=6177>. Acesso em: 20.12.2010.

FICHER, Sylvia. *Ensino e profissão: o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

GENNARI, Angela A. *Ornamento de fachadas paulistanas: as casas da Mooca e do Brás no início do século XX*. Monografia (Especialização em História da Arte) – Faculdade de Artes Plásticas, Fundação Armando Álvares Penteado. São Paulo, 2010.

GENNARI, Luciana A. *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

_____. A construção de casas em série no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro, como um modo de produção do espaço urbano. In: PONTUAL, Virgínia; LORETTO, Rosane Piccolo (Org.). *Cidade, território e urbanismo: um campo conceitual em construção*. Olinda: CECI, 2009, p. 221-240.

GITAHY, Maria Lucia Caira. PEREIRA, Paulo César Xavier (org.). *O complexo industrial da construção e a habitação econômica moderna, 1930-1964*. São Carlos: RiMa, 2002.

LICEU: História do Liceu. 26.06.2003. Disponível em: <<http://www.liceuescola.com.br>>. Acesso em: 20.11.2010.

LOBO, Eulália Maria Leymer. (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, a conjuntura econômica, condição de vida e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro: Access, 1992.

MARTINS, Mônica de Souza N. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MURASSE, Celina Midori. *A educação para a ordem e o progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

PEREIRA, Paulo César Xavier. *Espaço, técnica e construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. *O prestígio do italiano na atividade da construção em São Paulo. (1885-1905)*. São Paulo: FAU/USP, 1991. (mimeo).

SALMONI, Anita. DEBENEDETTI, Emma. *Arquitetura italiana em São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

TICHI, Cecelia. *Shifting gears: technology, literature and culture in modernist America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1987.

Periódicos

A Casa, 1924-5.

ANUARIO Estatístico do Brazil 1908-1912. *População*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtm>>. Acesso em: 07.06.2009.

Architectura no Brasil, s/d.

Arquitetura & Urbanismo, 1938-9.

Revista da Directoria de Engenharia, 1932.

Notas

¹ Este artigo se baseia nos estudos de caso dos bairros do Brás, em São Paulo, e de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, desenvolvidos, respectivamente, para a elaboração da dissertação de mestrado *As casas em série do Brás e da Mooca* (GENNARI, 2005) defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 2005 sob orientação da prof. Dra. Ana Lanna e para a elaboração do trabalho de especialização *A construção de casas em série no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro, como um modo de produção do espaço urbano* (GENNARI, 2006) apresentado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2006 sob orientação da prof. Dra. Fania Fridman.

² Este artigo é parte integrante da pesquisa de doutorado em andamento no Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob orientação da prof. Dra. Fania Fridman.

³ Segundo a Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais (2007), “[...] a distinção entre ‘artes maiores’ e ‘menores’ (ou aplicadas) remonta à Antiguidade clássica, pela separação entre artes liberais (relacionadas às ‘atividades mentais’) e artes mecânicas, ligadas aos trabalhos práticos e manuais. De modo similar, os gregos distinguem as artes superiores (que dizem respeito aos sentidos considerados superiores, visão e audição) das menores, de modo geral associadas aos ofícios manuais e ao artesanato. [...] A obra de Giorgio Vasari (1511-1574) - pintor, arquiteto e pensador do Renascimento italiano - tem um papel fundamental no estabelecimento dessas distinções. Segundo ele, um artista seria aquele dotado de capacidades intelectuais específicas que o diferenciam de seus contemporâneos. Desse modo, a atividade artística é definida como fruto de um trabalho reflexivo individual, que confere superioridade ao seu criador. A essa definição liga-se o estabelecimento das ‘grandes artes’, todas aquelas baseadas no *disegno*: pintura, escultura e arquitetura. As outras artes são, então, consideradas inferiores, associadas ao artesanato. A separação entre artes e ofícios ganha novo impulso com o surgimento das academias de arte, a partir do século XVI, fundamentais na alteração do status do artista [...]. Não mais artesãos das guildas e corporações, os artistas são considerados teóricos e intelectuais, a merecer formação especializada. As academias garantem a formação científica (geometria, anatomia e perspectiva) e humanística (história e filosofia), rompendo com a visão de arte como artesanato. Atingindo o auge no século XVIII, as academias são responsáveis por conferir caráter oficial ao ensino das belas-arts [...]. No decorrer dos séculos XVIII e XIX, o ensino das belas-arts passa progressivamente às Escolas Nacionais de Belas-Artes, criadas em todo o mundo, e o das artes aplicadas fica sob a responsabilidade dos Liceus de Artes e Ofícios e de instituições congêneres.”

⁴ Para maiores informações sobre as corporações, cf. Martins (2008).

⁵ Segundo Amaral (2008), o ensino de Estética à população trabalhadora do Rio de Janeiro no Liceu de Artes e Ofícios tinha também uma função ética, pois estava implícito que uma cidade desenhada com ornamentos denotava também uma sociedade voltada para o trabalho. Gennari (2010) nos traz a importância do uso do ornamento em fachadas na cidade de São Paulo na virada para o século XX como um importante apelo visual que, mais do que um elemento decorativo, denota a busca de determinados grupos na diferenciação estética por sua distinção pelo capital simbólico. A reprodução simplificada de alguns desses padrões de fachadas em bairros que abrigavam grupos menos abastados da população, quais sejam os formados por uma população majoritariamente de trabalhadores, demonstra o significado social deste rogo estético ligado à moradia.

⁶ No Brás há casos significativos deste tipo de atuação, como o imigrante italiano Rocco Valente, cuja família (netos e descendentes) ainda hoje mora nas casas construídas por ele na Mooca, em São Paulo. Um caso dos bem sucedidos é o de Antonio Jannuzzi, imigrante mestre-de-obras que chegou ao Brasil em 1874 e dez anos mais tarde, como construtor-licenciado, participou intensamente entre outras atividades, da construção de edifícios na Avenida Central, no Rio.

⁷ No Arquivo Histórico Municipal Washington Luis, em São Paulo, há um índice de construtores para os anos de 1928-1932. Trata-se de um livro onde eram registradas as licenças para a profissão de construtor, encarregado e eletricitista para a cidade de São Paulo. Segundo esses registros, um mesmo profissional poderia acumular mais de uma dessas funções. Há também um livro indicativo do final da década de 1920 de registro de eletricitistas, onde estão atestadas por empresas as experiências dos práticos. Ambos estão arquivados no Fundo C.M.S.P./I.N.T.D.M./P.M.S.P., Série: A.D., 1928-31. Para a cidade do Rio de Janeiro, há os livros de *Registro de Construtores* para os anos de 1889, 1896-1897 e 1898-1902. Neles consta uma listagem dos construtores da cidade com seus respectivos endereços e o pagamento da taxa anual. Eles estão guardados no fundo

Documentação Escrita Especial do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, arquivados, respectivamente, sob os códices 41.2.27, 41.2.28 e 41.2.29.

⁸ Um exemplo é Miguel Marzo, para o caso da cidade de São paulo.

⁹ “A estrutura espacial de uma cidade não pode ser dissociada das práticas sociais e dos conflitos existentes entre as classes urbanas. [...] Espaço e sociedade precisam ser analisados conjuntamente para que a complementaridade entre processo e forma fique evidente” (ABREU, 1997: 15-16).